

CADEIRA N.º 17

Patrono: Joaquim Catunda

Vaga: Falecimento de Renato Braga

Recipiendo: J. C. Alencar Araripe

Recipiendário: Paulo Bonavides

Data da posse: 17 de dezembro de 1970

PAULO BONAVIDES. Nasceu na cidade de Patos, Paraíba, em 10 de maio de 1925, sendo seus pais Felelon Fernandes Bonavides e Hermínia Fernandes Bonavides. Um grande tratadista do Direito, de repercussão nacional e internacional. Desde muito jovem se radicou no Ceará. Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, depois de fazer os primeiros anos do curso na do Ceará. Professor Titular de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da U.F.C. e da Escola de Administração do Ceará. Ensinou Literatura Brasileira no Seminário Românico da Universidade de Heidelberg, na Alemanha. Fez o Curso de Sociologia Jurídica (Roscoe Pound) e Sociologia (Sorokin) na Universidade de Harvard, 1944-45). Publicou: *Universidades da América* (1946); *The Golden Age of Journalism in English Literature* (1950); *Dos Fins do Estado* (1955); *O Tempo e os Homens* (1952); *Do Estado Liberal ao Estado Social* (1958); *Ciência Política* (1967); *Teoria do Estado* (1967); *A Crise Política Brasileira* (1969); *Textos Políticos da História do Brasil* (1973); *Reflexões — Política e Direito* (1973); *Políticos e Partidos Políticos na Constituição Brasileira* (1968); *A Democracia e a Liberdade no "Contrato Social" de Rousseau* (1962).

J. C. Alencar Araripe

É um privilégio para mim, e dos maiores, Professor Paulo Bonavides, este de recebê-lo nesta noite engalanada e dirigir-lhe a saudação da Academia Cearense de Letras.

Não cumpro apenas simples formalidade, dessas a que não se pode fugir, por dever de cortesia, na cerimônia protocolar de investidura de um novo Acadêmico. Desempenho a missão, honrosa e desvanecedora, possuído de alegria natural e intensa.

Vejo chegar à Academia, para ocupar a Cadeira a que Renato Braga deu inapagável fulgor, antigo companheiro e querido amigo, que galgou culminâncias pela inteligência, pela cultura e pela correção moral.

Há quase trinta anos, confluíamos, ambos, para uma mesma vertente — o jornalismo. Dessa época, data o nosso conhecimento; no ambiente de trabalho do jornal nasceu e consolidou-se uma amizade que o tempo tem respeitado.

Recomponho, com saudosa retrospectiva, aquele quadro onde o recipiendário de hoje, professor eminente e escritor laureado, era um bisonho redator. À primeira vista, poderia alguém, menos atento, não vaticinar-lhe o futuro brilhante que haveria de alcançar. Não o companheiro modesto da mesma sala, que diariamente o via iniciar a faina do cotidiano.

Dir-se-ia um rapaz consumido pela monotonia da uniformidade. Puro engano. “Fazer determinada coisa — dissera Joaquim Nabuco — desejando fazer outra é que produz monotonia. Suprimindo esse desejo contrariado, descobrirei um prazer, sempre novo, em fazer todo dia a mesma coisa.”

O tédio, aliás, não se compadece com o jornalismo. A novidade da notícia está sempre a sacudir nervos e a prender atenções, compensando, assim, o que de igual e repetido existe nas tarefas do dia-a-dia. Com muito mais razão, naquele período recuado, quando vivemos, no batente do jornal, os momentos cruciais da II Grande Guerra, a invasão e o domínio de vários países pelo terror nazista, a queda da França, que parecia o fim de tudo, o iminente colapso da Inglaterra, a demorada reconquista dos territórios ocupados, a vitória, afinal. E por que não relembrar a sensação de dois jovens ante a perspectiva da redemocratização, que redescobriram a sugestão e o encanto da liberdade e, pela primeira vez, eram convocados às urnas para o exercício do voto?

Não demonstrava Paulo Bonavides a angústia de que nos fala José Júlio Veiga, “aquela angústia de amansar um pedaço do mundo onde se possa instalar”. Por maior que fosse o seu recato e discrição, descobria-se, porém, no seu comportamento, que não vivia apenas as contingências do presente efêmero.

Ninguém o suplantava em senso de responsabilidade. Cumpria os seus encargos de modo regular e eficiente. Não fugia ao convívio dos colegas. Mas sentia-se que Paulo Bonavides sonhava alçar vôos altos e que já traçara o caminho a seguir. Muito antes do planejamento tornar-se uma das palavras em moda, ele fixara as metas a atingir. Sabia o que queria e para onde pretendia ir.

“A direção do rio que navegamos é fácil de ver, — é ainda pensamento de Nabuco — mas não assim o rumo em que corre nossa vida. Às vezes queremos ardentemente alguma coisa e alcançamos nosso desejo; parecia-nos que esta era a direção da nossa vida, mas era a contrária, e assim fomos obreiros da própria desdita. Outras vezes escapa-nos aquilo que mais havíamos desejado; sentimos uma profunda mágoa, mas vai começar nossa felicidade, pois agora entramos na correnteza que foi feita para nos conduzir. Nada desejar com convicção, eis a verdadeira sabedoria; assim, pelo menos, não seremos inteiramente logrados pelo próprio desejo, e confessaremos ignorar tudo do próprio destino.”

Um silogismo imperfeito, porque, se o sentido das duas primeiras proposições do raciocínio podem corresponder à realidade, nem por isso se impõe a conclusão, que é o contrário de tudo quanto há prevalecido, regra geral, como fator de êxito em qualquer campo da atividade humana.

“Em uma crise na minha juventude — revela o escritor norte-americano Chester Barnard — meu pai ensinou-me a sabedoria da decisão: tentar e falhar é pelo menos aprender; não tentar é sofrer a inestimável perda do que poderia ter acontecido.”

Ao invés de nada desejar com convicção, como aconselhava Nabuco, Paulo Bonavides fez do estudo a sua paixão obsedante, teve a sabedoria da decisão de que fala Chester Barnard. Poderia ter fracassado; seria uma experiência. Mas venceu, pela força da vontade, pela determinação, pela sabedoria da decisão.

No estudo da personalidade de Paulo Bonavides, distingue-se o perfil do jornalista, do professor e do escritor, se bem que em íntimo entrelaçamento.

O jornalista começou muito cedo, quando ainda era aluno do velho Liceu. Não completara 13 anos, e dava os primeiros passos na redação d'*O Povo*, onde ingressou pela porta do concurso.

Repórter, noticiarista ou correspondente internacional, no comentário do jornal ou como articulista que assinava suas produções, na crônica ou como ensaísta, Paulo Bonavides firmou a reputação do profissional criterioso, competente, de ágil e poderosa argumentação, equilíbrio de conceitos, atualização de conhecimentos, dinâmica e beleza da forma.

Projetou-se na classe e dela se tornou um líder. Foi, por mais de um período administrativo, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará. No exercício do cargo, correspondeu à expectativa, à estima e ao respeito que granjeara.

Dessa fase, em que houve uma predominância dos labores jornalísticos, são os seus primeiros livros. De 1944 a 1945, esteve, como bolsista, em Harvard. Após um ano de permanência naquele centro, visitou várias outras universidades norte-americanas e do Canadá. De regresso, escreveu *Universidades da América*, publicado em 1946, pela Empresa Gráfica "O Cruzeiro", do Rio de Janeiro, com prefácio de Gilberto Freyre.

O livro, que se lê com agrado e curiosidade, pois representa um depoimento sobre o esforço de renovação das universidades americanas, despertou, quando do seu aparecimento, grande interesse, constituindo, assim, um sucesso editorial. *Universidades da América* enfocava, há 25 anos, as experiências em prática na Norte América, do que muito pouco se sabia entre nós, com os conhecimentos restritos a uma pequena elite. Não ocorrera ainda a explosão de informações e o intercâmbio cultural mal iniciava a expansão que hoje conhecemos.

A estréia do talentoso escritor valeu-lhe o Prêmio Carlos de Laet, da Academia Brasileira de Letras.

Em 1952, Paulo Bonavides lançou, aqui mesmo em Fortaleza, *O Tempo e os Homens*, um volume de 99 páginas, reunindo crônicas e ensaios. Entre estes, destacam-se os de natureza sociológica, como *O Drama do Negro na Civilização Americana*; os de cunho literário, como *Eça de Queirós*; os de projeção jurídica e política, como *Rui Barbosa* e *Juan Baup-tista Alberdi*. Na variedade dos assuntos, uma exuberante prova da versatilidade do escritor, sempre seguro e proibido, analista erudito de homens e fatos.

A conquista de uma cátedra, em 1958, na Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, consubstancia um dos momentos culminantes da vida de Paulo Bonavides, como homem de pensamento e saber. Perante uma banca examinadora, em que pontificavam Miguel Reale, Orlando M. Carvalho e Orlando Bitar, defendeu a tese *Do Estado Liberal ao Estado Social*. A vitória esplêndida o confirmou no magistério superior, como professor de Teoria Geral do Estado, a que se juntaria, mais tarde, um outro título, o de professor de Ciência Política da Escola de Administração do Ceará.

Do Estado Liberal ao Estado Social foi publicado em 1961 pela Edição Saraiva, São Paulo, um volume com 240 páginas. Estudo profundo das diferentes teorias estatais, uma exposição clara, minudente e objetiva do pensamento dos doutrinadores.

Atento à evolução e consciente da crise contemporânea, entende Paulo Bonavides não haver mais lugar para o liberalismo. Teve este um papel histórico no confronto com o absolutismo, quando o Estado era um fantasma e o amor à liberdade inspirou meios para a limitação do poder. Era a luta entre os direitos naturais do homem e os direitos naturais do Estado.

O liberalismo, como ideologia de uma classe, a burguesia, tornara-se uma idéia aristocrática. Difundira princípios, mas, ao assumir o controle político da sociedade, não cuidou de manter a universalidade que teoricamente professava.

Contradições geraram-se em seu próprio seio, sob a pressão de reivindicações políticas que sua dialética despertara na alma do povo. Veio, então, a que Paulo Bonavides chama a dinamitação da primeira fase do constitucionalismo burguês. Reformas ocorrem nas constituições, assegura-se uma contribuição maior da vontade popular na formação do poder estatal, a democracia ganha terreno.

O progresso é lento, porém. Foram necessárias as convulsões políticas, econômicas e sociais da Grande Guerra, seguidas do aparecimento do primeiro Estado marxista, para que se sentisse a potencialidade das transformações em curso. E que iriam ultrapassar o leito do desenvolvimento, em que se pretendeu contê-las, com a II Grande Guerra e os acontecimentos que a ela se seguiram.

Claro que não é mais possível sonhar em sobrevivência do constitucionalismo clássico. Nem se concebe, por exemplo, que se insista na tese da separação e independência de poderes, quando a palavra de ordem é integração, isto é, a solidariedade das instituições políticas, a fim de que possam ser enfrentados os pesados encargos sociais do mundo atual. Para o autor, não se cogita, como outrora, da liberdade contra o Estado, que é idéia morta, mas da liberdade com o Estado.

O tema é apaixonante, porque envolve a indagação, em meio a uma crise envolvente, sobre o futuro da humanidade. Crise que não se resolve com qualquer remédio simples, observava Harold Laski. "Porque estão em disputa entre nós — sentenciava o líder trabalhista britânico — não só o caráter final das relações dos homens, mas também a fé, ou sistemas de valores, ao qual essas relações deram vida. Não há nenhum plano de ação ou de pensamento que esteja isento da influência da crise. Religião, política, economia, ciência, cultura; tudo isto, na maciça totalidade de sua interdependência, é profundamente afetado pela crise."

Tema não só apaixonante como extremamente controverso. Porque, não obstante o desenvolvimento da Ciência Política, longe ainda estamos de uma formulação que seja denominador comum.

Poderosas forças européias e norte-americanas levantam a bandeira do neocapitalismo; Harold Laski preconizava a Democracia Planejada; Paulo Bonavides inclina-se doutrinariamente pelo Estado Social; Temístocles Brandão Cavalcânti concilia o liberal com o social. "O qualificativo social — afirma — não contraria o liberal, tratando-se de regime político, mas apenas significa uma ênfase maior em certa categoria de direitos, que merece especial proteção, e um sistema de restrições jurídicas no sentido de valorizar os aspectos sociais das relações humanas."

O que parece existir é mais um caso de semântica. No fundo, o que prevalece, com efeito, é o entendimento tácito de que a democracia, tal como a concebíamos antes, não tem possibilidade de sobrevivência no entrechoque de idéias a que assistimos. Daí, essa tendência de adjetivá-la, no pressuposto de que, no bojo do novo qualificativo, esteja a essência da reformulação que sentimos necessária e almejamos concretizar, para resguardo das liberdades essenciais e a promoção do bem-estar econômico e social.

Há os que acenam com a solução marxista e para adotá-la não vacilam no emprego de métodos que nos fazem retroagir à idade da pedra. Se a evolução impõe uma mudança, por que nos apegarmos a um sistema concebido quando outras eram as condições do mundo, e sistema cujo caráter científico já hoje é contestado? O que se observa é que o marxismo, mesmo onde foi imposto, está também minado por gritantes contradições e deformações, que se manifestam no plano interno como nas próprias relações entre países que o levantam como dogma, pondo por terra princípios que os seus doutrinadores consideravam infalíveis.

A verdade, segundo Miguel Reale, é que a idade contemporânea, ante o impacto do estupendo progresso científico e tecnológico, não se deixa confinar a modelos estáticos, plasmados em velhas fórmulas, porque exige conceitos próprios.

Estamos à procura de novos caminhos. Ao invés do Estado de uma classe, seja a burguesia, seja, teoricamente, o proletariado, ou do Estado sem classes, um sonho inatingível,

o Estado de todas as classes, o Estado Social, que Paulo Bonavides defende como única saída para a salvação da ideologia democrática.

Do Estado Liberal ao Estado Social marcou a presença de Paulo Bonavides na Ciência Política como um dos seus precursores no Brasil, segundo o testemunho do ministro Osvaldo Trigueiro, do Supremo Tribunal Federal.

Essa presença se acentuaria ainda mais nos anos seguintes à publicação daquele livro. Ora divulgando artigos em revistas especializadas, do País e do exterior, ora, como membro de altos organismos de estudos superiores, nacionais e estrangeiros, participando de conclaves de suma importância para a Ciência Política.

Mas o publicista ganharia maior notoriedade com outras obras de envergadura. Em 1967, lançou, pela Edição Saraiva, *Teoria do Estado*. Em 227 páginas, Paulo Bonavides discorre sobre os fins do Estado e a sua posição diante do Direito Natural; analisa a teoria marxista; ocupa-se do parlamentarismo e do presidencialismo; dos partidos políticos no Império e na República; da crise político-partidária brasileira; projeta Farias Brito pelo seu merecimento como pensador político.

Ainda em 1967, pela Fundação Getúlio Vargas, editou a *Ciência Política*, 339 páginas, com o estudo doutrinário das instituições políticas fundamentais, de interesse para estudantes e quantos desejarem acompanhar, com conhecimento, a marcha evolutiva do processo político, capacitando-se, ao mesmo tempo, a sobre ele opinar e nele influir. Da sua atualização, basta ressaltar este aspecto: ocupa-se da Revolução de 64 e dos acontecimentos a ela posteriores.

Evaristo de Moraes Filho retrata muito bem Paulo Bonavides. “Não se trata — acentua — de um puro jurista, destes que se confinam exclusivamente à manifestação formal, seca e murcha da norma jurídica, sem relacioná-la com o meio social que vai regular nem com os valores últimos que a informam.”

Em artigo recente, J. P. Galvão de Sousa ocupava-se das ressonâncias do pensamento alemão entre os juristas brasilei-

ros. E lembrava o entusiasmo de Tobias Barreto pelos mestres germânicos da Filosofia e do Direito e o conhecimento de Kant que Lafayette mostrara possuir na polêmica travada, sob o pseudônimo de Labieno, com Sílvio Romero. Dos contemporâneos, citava de modo especial o constitucionalista e filósofo político Francisco Campos.

No Império, o Direito Público e de modo particular o Constitucional receberam a predominante influência francesa; na República, passou a prevalecer a moldura norte-americana. Já em 1934, no entanto, ouviam-se na Constituinte — assinala Galvão de Sousa — os ecos da República de Weimar, “os horizontes do nosso constitucionalismo alargaram-se e a temática da Teoria da Constituição dos publicistas germânicos chegava até nós”.

Se da Alemanha provêm, segundo os especialistas, as mais importantes obras da moderna Teoria do Estado, evidente que Paulo Bonavides, que freqüentou a Universidade de Heidelberg, estaria na primeira linha da nova corrente da Ciência Política. Por todos os seus livros, perpassa o sopro do pensamento alemão, abeberado nas fontes, como bom conhecedor que é da língua alemã.

O último livro de Paulo Bonavides, Editora Forense, data de 1969 — *A Crise Política Brasileira*, que Afonso Arinos de Melo Franco considerou “um instrumento poderoso de análise crítica do Brasil real dos nossos dias”. Livro que confirma o juízo que Evaristo de Moraes Filho fez, com inegável propriedade, do publicista que hoje recebemos na Academia Cearense de Letras.

A Crise Política Brasileira, em suas 118 páginas, enfeixa matéria de absoluta oportunidade, versada, sempre, com equilíbrio, conhecimento histórico, aguda percepção e até tom profético, quando vaticinou o desfecho a que levaria o descalabro anterior a 64.

Um dos capítulos mais interessantes é o que aborda a atual organização partidária, na qual o publicista vê o disfarce de um sistema de partido único, o que não significa um só partido. Partido único para traduzir que, somente aquele que

represente os ideais revolucionários, poderá ter acesso ao poder.

O terceiro partido seria a alternativa válida dentro do pluralismo formal que hoje domina? Essa, pelo menos, é a opinião de Paulo Bonavides. Mas, inadagar-se-á: se o terceiro partido, como a oposição de hoje, negar-se a reconhecer a Revolução de 64 como fato consumado, não persistirá o impasse? A fórmula do partido único não continuará?

Pode-se discordar desta ou daquela formulação, desta ou daquela conclusão do autor de *A Crise Política Brasileira*. O que não é legítimo é duvidar da seriedade das suas ponderações, do patriotismo que o inspira, do humanismo que redobra a sua formação, da fidelidade democrática, que é uma constante, dentro da unidade política de toda a sua obra.

“A reputação do professor Paulo Bonavides — escreveu Afonso Arinos — acha-se perfeitamente assentada e definida nos meios científicos atinentes às matérias de sua preferência.

“A Teoria do Estado, a Ciência Política e o Direito Constitucional encontram no mestre cearense um especialista dotado das melhores qualidades: visão ampla da problemática política, leituras variadas e profundas e metodologia adequada.

“Sem se engajar em posições militantes, o professor Paulo Bonavides revela, no entanto, orientação coerente, no plano histórico-social, o que é necessário na formação do cultor das Ciências Sociais, nas quais o abstracionismo puro eliminaria fator indispensável ao processo científico, que é, precisamente, a realidade social na sua opcional mutabilidade.”

Professor Paulo Bonavides:

Mestre no Jornalismo, mestre no Direito, mestre na arte de escrever, nenhum outro tratamento me pareceu mais indicado, ao dirigir-lhe a saudação da Academia, do que este que traduz o consenso de uma cátedra.

Onde quer que pontifiquem o seu trabalho e o seu talento, as primícias do labor cultural encerram lições refulgentes que indicam a categoria do mestre, esteja ele no jornal, no livro ou na sala de aula das Faculdades.

Chegando com atraso à Academia, pois há muito que a ela se credenciara, nem por isso a alcança fora de tempo. Em plena floração intelectual, Professor Paulo Bonavides, desta Casa haverá de fazer, assim acreditamos, cenário de eleição para novas e brilhantes manifestações do seu espírito privilegiadamente criador.

A Academia o recebe com um amplexo de amizade e de admiração.